

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR**

REQUERIMENTO Nº DE 2018
(Do Deputado Marcon)

Requer a realização de Seminário **no município de Canguçu/RS** para debater a grave estiagem enfrentada pela região do Pampa Gaúcho – região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, bem como discutir a MP 842/2018 que retira a possibilidade da realização de rebates dos contratos PRONAF.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, em especial ao art. 24, inc. XIII, a realização de um **Seminário a ser realizado no município de Canguçu, no estado do Rio Grande do Sul**, para, a pedido da Regional Sul do Movimento dos Pequenos Agricultores, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – e o Movimento Quilombola, debater a grave estiagem enfrentada pela região do Pampa Gaúcho – região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, bem como discutir a MP 842/2018 que retira a possibilidade da realização de rebates nos contratos PRONAF.

Os convidados que irão debater sobre o tema serão indicados num posterior momento.

JUSTIFICAÇÃO

A Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul está enfrentando as consequências da severa estiagem que afetou a região do Pampa Gaúcho no final de 2017 e início de 2018. A situação dos agricultores é grave e os prejuízos são enormes, a estiagem foi prolongada, mais de cinco meses.

As perdas nas lavouras são de quase 100% (feijão e milho) nos plantios do período recomendado, faltou água para animais causando problema na alimentação dos bichos com pastagens secas, com perdas enormes na produção de leite, perda de peso dos animais, perdas na produção de fumo e de todas as culturas. Árvores morreram, arroios, açudes e sangas secaram. A situação ambiental está em estado grave.

A maioria dos municípios da região decretou situação de emergência. Segundo o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), os prejuízos contabilizam mais de 1 bilhão de reais, considerando apenas os municípios em situação de emergência.

Os prefeitos da região afetada organizaram comitativas, as quais foram recebidas em diversos Ministérios, entretanto, mesmo após várias reuniões e encontros, nada foi feito e nenhuma promessa cumprida para a efetiva solução para a recuperação dos prejuízos.

Os prejuízos provocados levam anos para serem recuperados. Sem apoio governamental, talvez nunca se recuperem.

Somado aos fortes prejuízos suportados pelos pequenos agricultores atingidos pela estiagem, o atual governo editou a MP/842 que revogou a possibilidade da realização de rebates nos contratos PRONAF. A referida medida provisória revoga o art. 31 da Lei 13.606/18, que foi amplamente debatida por este Congresso, permitia, com justiça, que os agricultores fossem beneficiados com a realização do rebate no momento da liquidação de suas dívidas.

Esta forte crise precisa ser debatida e discutida profundamente, para dar respostas efetivas aos pequenos agricultores.

Pelo exposto, solicito a aprovação deste requerimento pelos nobres pares.

Sala da Comissão, em 10 de julho 2018.

Marcon
Deputado Federal PT/RS